



ACORDO ENTRE BC E CENTRUS EQUACIONA QUESTÃO DAS CONTRIBUIÇÕES CONVENIADAS

Com base em orientação da SPC, a Fundação e o patrocinador construíram solução que abre caminho para análise da revisão do plano de benefícios

Um acordo entre o Banco Central e a Centrus, que contou com a intermediação prévia da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), equacionou em definitivo a questão das contribuições conveniadas com o patrocinador, pendência que se arrastava há algum tempo e dificultava a análise da revisão do Plano Básico de Benefícios (*veja matéria na página 2*).

Após negociações feitas à luz das respostas dadas pela SPC a uma consulta conjunta do BC e da Fundação, foi firmado no dia 30 de novembro termo aditivo ao convênio assinado em 11 de agosto de 1998, que ratificou o entendimento da SPC de que estavam extintas as obrigações do patrocinador relativas ao convênio. Naquele convênio de 98, o BC assumiu o compromisso de integralizar reservas matemáticas necessárias ao pagamento de benefícios complementares de aposentadoria e pensão pela Centrus.

A SPC concluiu que essa obrigação do BC teria deixado de existir no momento em que foram integralmente constituídas as reservas matemáticas do plano de benefícios.

O entendimento da SPC, circunscrito ao convênio, não exige o BC, como patrocinador, de eventuais responsabilidades futuras sobre o conjunto de benefícios garantidos pela Fundação aos seus participantes e assis-

tos. Ou seja, numa hipótese pouco provável (em vista dos sucessivos resultados superavitários apresentados pelo Plano Básico de Benefícios) de haver no futuro necessidade de manter o equilíbrio do Plano, o BC deverá ser chamado a realizar aportes financeiros, sob a forma de contribuições.

tinção das obrigações do patrocinador previstas naquele convênio ainda há um elevado superávit técnico (*veja balancete gerencial na página 4*), em montante suficiente para promover, inclusive, os ajustes nos benefícios aguardados pelos participantes.

“A solução encontrada, com base na orientação da SPC, não traz prejuízos para o Banco Central e nem para a Centrus”, afirma o diretor-presidente Helio Brasileiro.

O diretor de Benefícios, Antonio Francisco de Assis, reforça que o equacionamento das obrigações estabelecidas no convênio abriu a possibilidade efetiva de fazer-se a destinação de parte do superávit.

“A resolução dessa importante questão permite o exame, pelo Banco Central, da nova proposta de revisão do Plano Básico de Benefícios”, disse o diretor.

Ele explica que as contribuições conveniadas eram de natureza extraordinária para suportar benefícios. No entanto, com a integralização das reservas matemáticas do Plano Básico de Benefícios, os recursos existentes são suficientes para a cobertura dos compromissos com

os assistidos e, portanto, as contribuições não são mais necessárias.

O diretor de Controle, Logística e Informação, Eduardo de Lima Rocha, disse que a extinção das obrigações conveniadas “tornou o ativo da Centrus plenamente realizável”.



Benefícios

A tese da SPC foi reforçada pelas excelentes condições de sustentabilidade financeira do plano de benefícios da Centrus, pois mesmo com a ex-

FUNDAÇÃO PROPÕE CONTRIBUIÇÃO ZERO E DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS

**Revisão tem três pontos básicos:
elevação de benefícios, retorno de valores pagos e eliminação de demandas judiciais**

O Conselho Deliberativo aprovou proposta da Diretoria-Executiva de revisão do Plano Básico de Benefícios, que inclui, entre outros pontos, a redução a zero das contribuições dos aposentados, a devolução de parte das contribuições recolhidas pelos participantes assistidos no período em que vigorou o percentual de 15% e a elevação da cota básica das pensões por morte, de 50% para 60% do benefício de aposentadoria. A proposta já foi encaminhada para análise do Banco Central. Se aprovada, será enviada em seguida à SPC, que também deverá opinar sobre ela para que as alterações possam ser implementadas.

O diretor Antonio Francisco de Assis explica a nova revisão de benefícios: “A lógica da proposta baseia-se em três pontos. O primeiro é o aumento do poder aquisitivo dos assistidos, com a redução a zero das contribuições pessoais dos aposentados, hoje fixada em 7,5% dos proventos, e a elevação das pensões por morte. O segundo é a devolução das contribuições pagas em 2007. E o terceiro é a eliminação de grande volume de demandas judiciais, hoje igualmente possível em razão dos seguintes resultados superavitários do Plano”.

Benefícios – A redução das contribuições, segundo a proposta, será feita com data retroativa a janeiro de 2007, gerando um crédito a favor dos participantes aposentados, relativo aos valores recolhidos durante todo o ano.

A nova revisão mantém, da proposta feita em 2005, a elevação da cota básica das pensões por morte, abrangendo com isso o segmento dos pensionistas. Essa elevação beneficiará os grupos familiares de assistidos que, somados os benefícios individuais dos componentes do grupo, não receberem montante superior a 90% do benefício original.

Demandas judiciais – Outra devolução corresponderá à diferença entre a contribuição original, de 10%, e a de 15%, que vigorou entre dezembro de 2000 e julho de 2004, período em que a majoração do percentual se mostrou necessária para o custeio do Plano Básico de Benefícios. A devolução dessa diferença é uma das formas de distribuição do superávit acumulado do Plano.

“Essa diferença de percentuais está sendo cobrada na Justiça pelos assistidos, o que representa custos para eles e para a Centrus. Trata-se de uma questão que a Fundação pretende resolver de uma vez por todas”, diz Antonio Francisco.

A Centrus também incluiu na proposta a revisão dos benefícios pagos aos participantes que foram admitidos no Banco do Brasil antes de outubro de 1963 e que se aposentaram com tempo de serviço bancário inferior a 30 anos, não tendo sido considerado o tempo de serviço anterior, em outras atividades. Há um grande número de ações judiciais sobre o assunto e muitas delas já transitaram em julgado, com resultado favorável aos participantes assistidos.

“É outro caso em que não há interesse na continuidade das demandas judiciais. Com essa proposta, pretende-se solucionar situação que envolve mais de 500 assistidos, entre aposentados e pensionistas”, explica o diretor.

Meta atuarial – Na proposta foi incluída ainda a redução, de 6% para 5% ao ano, da taxa de juros utilizada nas projeções atuariais, cujo objetivo é reforçar o saldo das reservas matemáticas. “Essa redução prepara o Plano Básico de Benefícios para manter-se equilibrado mesmo numa conjuntura de ganhos financeiros reduzidos, prevista pelo mercado. Ação semelhante está ocorrendo em um número crescente de entidades fechadas de previdência complementar”, explica o diretor de Benefícios.

**Os sucessivos resultados
superavitários
do Plano Básico de
Benefícios também
permitem resolver
definitivamente
demandas judiciais
com assistidos**

Expediente

Este informativo é uma publicação da Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus. Distribuição gratuita.

Endereço: Edifício Corporate Financial Center
SCN - Q. 02 - Bloco A - 8º e 9º andares -
CEP 70712-900 - Brasília - DF
Contatos: fone (061) 2192-1414 e
0800 7040494
e-mail: jornalcentrus@centrus.org.br
Home page: www.centrus.org.br

■ Conselho Deliberativo:

Altamir Lopes (presidente), Dimas Luis Rodrigues da Costa, Fernando de Oliveira Ribeiro, Franz Gomes Breitschaft, José Antonio Marciano e Paulo de Tarso Galarça Calovi.

■ Conselho Fiscal

José Ribamar Santos Barros (presidente), Cornélio Farias Pimentel, Gilberto Celso Silveira Munhoz e Leopoldo Pinto Monteiro.

■ Diretoria-Executiva:

Diretor-Presidente: Helio Cesar Brasileiro
Diretores: Antonio Francisco Bernardes de Assis, Dasso Maranhão Coimbra e Eduardo de Lima Rocha.



Realização:

CDN - Companhia de Notícias

Redação e Edição:

Cláudio Tourinho e

Sócrates Arantes

Design Gráfico:

Artecontexto

Fotos:

Eugênio Novaes

Jornalista responsável:

Inácio Muzzi (MG 02131-JP)



Helio Brasileiro assina o convênio com o INSS, representado por seu gerente executivo no Distrito Federal, Jerson da Costa, assistido pelo diretor Antonio Francisco (foto à esquerda). Na foto ao lado, Helio defende mudanças no projeto da Funpresp, em audiência pública na Câmara dos Deputados

2007 ANO DE GRANDES REALIZAÇÕES PARA A COMUNIDADE CENTRUS

Ações visaram melhorar relacionamento com participantes e assistidos, garantindo avanços no atendimento

EDITORIAL

ANO PRODUTIVO, COM TRABALHO INTENSO

Dois mil e sete foi um ano muito produtivo. As ações relacionadas nesta página e na seguinte são apenas o resumo de um elenco mais amplo de ações empreendidas com a finalidade de aumentar o bem-estar dos membros da Comunidade Centrus. Elas representam a preocupação permanente dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da Diretoria-Executiva e do corpo funcional da Fundação em cumprir a missão delegada pelo patrocinador, participantes e assistidos. Em 2008, queremos fazer ainda mais e, para isso, contamos com a colaboração, sugestões, reivindicações e até mesmo críticas, imprescindíveis para apontar o rumo a seguir.

A todos, Boas Festas e um Próspero Ano de 2008!

Um ano marcado por avanços no relacionamento entre a Fundação e seus participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) é a melhor definição para 2007. As conquistas foram variadas – financeiras, administrativas e até políticas, como foi o caso das eleições – e resultaram em melhorias palpáveis para a Comunidade Centrus.

Veja abaixo um resumo do que ocorreu de positivo em 2007:



Convênio com o INSS – Em maio, a Fundação e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) renovaram o convênio que garantiu a manutenção do processamento de requerimentos e pagamentos de benefícios previdenciários e acidentários aos participantes da Centrus. Com isso, assistidos continuam a receber os benefícios do INSS juntamente com os valores das aposentadorias e pensões complementados pela Fundação. A possibilidade do término do convênio causou apreensão, mas a Centrus se antecipou e renovou a parceria com o INSS, contando com o apoio do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), da Associação dos Antigos Funcionários do Banco Central (AAFBC) e da Associação Brasileira de Aposentados do Banco Central (Abace).



Repactuação de financiamentos – A Fundação reestruturou sua carteira de financiamentos imobiliários, de forma a garantir o reequilíbrio das operações, mediante a concessão de descontos sobre os saldos devedores. A proposta foi construída a partir da análise de cada contrato, independente da versão de regulamento a que ele se subordinava, e beneficiou até mesmo contratos repactuados entre 2005 e 2007. O modelo aprovado pelo Conselho Deliberativo em julho é basicamente o mesmo da proposta do grupo de trabalho composto por representantes da Fundação, do Sinal, da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Banco Central do Brasil (Fenabacen) e do conjunto de mutuários denominado GT-Centrus. A primeira escritura pública lavrada após a reformulação da carteira foi relativa ao imóvel do servidor do BC Antonio Assunção Filho. Até meados de dezembro, cerca de 42% dos mutuários aderiram ao programa de reestruturação.



Acordo com entidades – Após meses de negociação, a Centrus fechou acordo com as entidades representativas dos aposentados e do pessoal da ativa do Banco Central, viabilizando a retirada das ações judiciais que, desde 2002, impediam a realização de eleições para os Conselhos Deliberativo e Fiscal. O acordo foi complementado com mudanças no Estatuto da Fundação, aprovadas pelo Banco Central e pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), de modo a garantir vagas separadas para os representantes dos assistidos e dos participantes, eliminando, com isso, o principal ponto de discórdia na Comunidade Centrus.



Carteira da Previ – A Centrus já levantou os dados que servirão de base para o modelo de reestruturação da carteira de contratos de financiamento imobiliário originados da Previ. Essa fase do trabalho está sendo finalizada pelas equipes técnicas da Fundação e daquela entidade.

CONTINUA NA PÁGINA 4



José Ribamar.

Realização das eleições – Em 26 de setembro, foi concluído o processo de votação. Foram eleitos conselheiros deliberativos Franz Gomes, Fernando Ribeiro e Paulo de Tarso Calovi, e conselheiros fiscais Gilberto Munhoz e



No mesmo dia, ocorreu na sede da Fundação a posse dos conselheiros fiscais, em cerimônia dirigida por Altamir Lopes, presidente do Conselho Deliberativo.

Posse dos conselheiros – O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, deu posse aos três novos conselheiros deliberativos da Centrus, no dia 15 de outubro, assinando o documento que oficialmente iniciou seus mandatos.



Projeto da Funpresp – A Centrus participou do primeiro debate aberto do projeto de lei 1.992/2007, que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), em audiência pública realizada no final de outubro, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O diretor-presidente, Helio Brasileiro, citou a Centrus como uma “experiência positiva” numa instituição – o Banco Central – onde é forte a cultura da previdência complementar. Ele defendeu alterações no projeto da Funpresp, no sentido de permitir a volta dos servidores do BC à Fundação, como participantes plenos.

CRÉDITO SERÁ IDENTIFICADO

A partir de 1º de janeiro de 2008, todos os créditos, inclusive aqueles referentes à liquidação antecipada de financiamentos imobiliários, deverão ser efetuados por meio de crédito identificado na conta-corrente da Fundação no Banco do Brasil. O objetivo é aprimorar os controles e facilitar a conciliação bancária das contas da Centrus.

BALANCETE GERENCIAL 2007 – COMPARATIVO MENSAL

Valores em R\$ mil

Fundação Banco Central de Previdência Privada - Centrus

A T I V O

DISCRIMINAÇÃO	Setembro	Outubro	Novembro	Var. out/set	Var. nov/out
DISPONÍVEL	321	303	1.384	-5,61%	356,77%
REALIZÁVEL	9.582.759	9.800.218	8.925.314	2,27%	-8,93%
- Contribuições Conveniadas com o Patrocinador	707.947	718.862	0	1,54%	-100,00%
- Notas do Tesouro Nacional	2.541.055	2.728.930	2.716.407	7,39%	-0,46%
- Letras Financeiras do Tesouro	1.151.960	1.162.877	1.172.902	0,95%	0,86%
- Fundo de Investimento Financeiro	294.966	269.525	269.248	-8,63%	-0,10%
- Operações Compromissadas	241.493	0	0	-100,00%	0,00%
- Ações	3.975.941	4.263.407	4.158.806	7,23%	-2,45%
- Quotas de Fundos de Ações	38.868	38.915	38.893	0,12%	-0,06%
- Imóveis	353.550	350.144	309.703	-0,96%	-11,55%
- Empréstimos	30.432	30.314	30.138	-0,39%	-0,58%
- Financiamentos	215.870	205.440	192.484	-4,83%	-6,31%
- Outros	30.677	31.804	36.733	3,67%	15,50%
PERMANENTE	3.648	3.589	3.508	-1,62%	-2,26%
TOTAL DO ATIVO	9.586.728	9.804.110	8.930.206	2,27%	-8,91%

P A S S I V O

DISCRIMINAÇÃO	Setembro	Outubro	Novembro	Var. out/set	Var. nov/out
EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.030.241	2.012.339	1.926.745	-0,88%	-4,25%
- Contribuição Patronal a Devolver	1.760.104	1.784.227	1.701.270	1,37%	-4,65%
- Contribuição Pessoal a Devolver	197.776	203.953	202.014	3,12%	-0,95%
- Outras Exigibilidades	72.361	24.159	23.461	-66,61%	-2,89%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	412.876	414.390	416.084	0,37%	0,41%
- Contingência	412.876	414.390	416.084	0,37%	0,41%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.576.685	2.575.082	2.579.732	-0,06%	0,18%
- Benefícios Concedidos	2.481.026	2.479.063	2.482.840	-0,08%	0,15%
- Benefícios a Conceder	95.659	96.019	96.892	0,38%	0,91%
RESULTADOS REALIZADOS	3.948.299	4.164.560	3.381.819	5,48%	-18,80%
- SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	3.948.299	4.164.560	3.381.819	5,48%	-18,80%
- Reserva de Contingência	644.171	643.771	644.934	-0,06%	0,18%
- Reserva para Revisão de Planos	3.304.128	3.520.789	2.736.885	6,56%	-22,27%
FUNDOS	618.627	637.739	625.826	3,09%	-1,87%
- Fundo de Cobertura Anti-Seleção de Riscos	168.363	168.998	170.534	0,38%	0,91%
- Fundo Administrativo Previdencial	378.728	405.692	401.757	7,12%	-0,97%
- Fundo de Reserva de Garantia	5.185	5.398	5.905	4,11%	9,39%
- Fundo de Cobertura do Resíduo de Saldo Devedor	872	876	880	0,46%	0,46%
- Fundo de Cobertura de Financiamento Imobiliário	65.479	56.775	46.750	-13,29%	-17,66%
TOTAL DO PASSIVO	9.586.728	9.804.110	8.930.206	2,27%	-8,91%